

1. RURAL E RURALIDADES: REFLEXÕES PARA O PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL

Flávia Maria Galizoni¹

1.1. INTRODUÇÃO

Esse texto é resultado de uma encomenda vinculada ao "Estudos para concepção, formulação e gestão do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)", conduzido por equipe do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (DESA/UFMG). O objetivo da presente reflexão é apoiar: i) "o aprofundamento do conceito de rural"; e ii) a "análise aprofundada do conceito de ruralidade, à luz das especificidades da área de saneamento básico".

Para atingir esses objetivos, foi organizada uma pesquisa bibliográfica, que buscou conhecer o estado da arte e sintetizar os elementos importantes para a definição de rural e ruralidades, bem como analisar as tipologias correntes e indicar possíveis abordagens metodológicas para o PNSR. Esta não foi uma tarefa fácil, porque há uma extensa literatura sobre o tema, que contém abordagens muito amplas e, boa parte das vezes, divergentes.

Desde o final do século XX, grandes esforços foram empreendidos, no Brasil e em diversos outros países, para se compreender e dimensionar o rural. No entanto, tais iniciativas se depararam com dificuldades persistentes.

Circunscrever um conceito que não está cristalizado no tempo e no espaço, mas, ao contrário, em permanente transformação, foi uma dessas dificuldades. No caso brasileiro, juntou-se a essa, outra: num país continental, com enormes diferenças ambientais, sociais e culturais, tais transformações ocorreram de forma muito variada, ocasionando processos diversificados e desiguais.

Mas, os vários estudos indicaram também algumas conclusões convergentes. Uma delas diz respeito à afirmação de que o conceito de rural é histórico, polissêmico, vinculado às trajetórias e às dinâmicas das sociedades, por isso mutável no tempo e no espaço, embora, a grosso modo, articule três dimensões fundamentais, quais sejam: relações com a natureza viva, laços interpessoais e relações de interdependência com as cidades.² Outra convergência, diretamente vinculada à primeira, é a enorme diversidade e heterogeneidade das manifestações das ruralidades contemporâneas. Por fim, mas não

¹ Antropóloga, professora do ICA/UFMG.

² A indicação desses três elementos foi elaborada por Wanderley e Favaretto (2013); Eric Hobsbawm, Elena Saraceno e diversos outros autores (ver também Carneiro, 2007; Bacelar, 2013, entre outros), que observaram que a identificação com o agrícola é historicamente delimitada, associada principalmente às novas funções subordinadas que a agricultura passou a ter no processo da Revolução Industrial, principalmente fornecer força de trabalho e produzir alimentos para a população que, ao ser expulsa do campo, se urbanizou e se proletarizou.

menos importante, diz respeito à limitação do critério administrativo utilizado no Brasil, que define como rural um espaço remanescente da circunscrição dos perímetros urbanos.³

Nesse sentido, indica-se, para o Programa Nacional de Saneamento Rural, levar em conta as seguintes características na definição de rural: a) a concepção oficial/ administrativa é extremamente restritiva para o PNSR, pois o define pela negação - o que não é urbano - fundamentando intervenções e políticas públicas, a partir de uma perspectiva totalizante, que esbarra na enorme diversidade de manifestações do rural no território brasileiro; b) o conceito é histórico, polissêmico e dinâmico, ou seja, para um planejamento de vinte anos, conforme proposto, será necessário prever atualizações, flexibilidade e revisões periódicas; c) uma alternativa metodológica para lidar com sua intrínseca complexidade é a abordagem fundamentada em escalas de ruralidades, de tal forma que seja possível captar as diversas e complexas situações envolvidas; d) setores censitários podem ser uma alternativa para dimensionar ruralidades.

As reflexões que se seguem estão organizadas da seguinte forma: i) uma reflexão sobre as complexidades da conceituação de rural; ii) ruralidades; iii) gestão da água, saneamento rural e tecnologias sociais; iv) considerações finais; v) bibliografia.

1.2. COMPLEXIDADES NA DEFINIÇÃO DE RURAL

No Brasil, houve, ao longo dos anos, diferentes formas da sociedade se relacionar com o rural e percebê-lo, que variaram de acordo com os diferentes períodos históricos, principalmente em relação a sentimentos de identidade que o país nutriu por essa noção. Até aproximadamente a década de 1930, o país era majoritariamente uma sociedade agrária; a unidade territorial básica era delimitada, a grosso modo, a partir da concepção de uma enorme área: o município, que congregava a sede municipal, vilas e povoados escassamente habitados, e um rural onde se concentrava a maioria dos habitantes. A fronteira entre rural e urbano era muito incerta e a dinâmica que os unia operava de forma integrativa. Nesse sentido, é importante observar os minuciosos relatos de viajantes, como Saint Hilarie e Spix e Martius, sobre os municípios pelos quais passaram na segunda década do século XIX em Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro; ou Helena Morley, em sua descrição preciosa sobre a Diamantina do fim do século XIX; ou ainda, a rica análise de Leopoldo Pereira, no início dos anos 1920, sobre o município de Araçuaí, em seu extenso território e na interação entre suas partes.

Com base nas teses de Sérgio Buarque de Holanda, Maria José Carneiro (2012) afirma que a organização política e social da "Grande Fazenda" era fundamentada no poder territorial e pessoal sobre família, agregados e municípios (que nasciam, muitas vezes, à sombra de um domínio territorial⁴). Assim, para a autora,

"Essa organização e, sobretudo a mentalidade que dela emerge - 'mentalidade

³ Valadares (2014) faz uma síntese muito precisa sobre a definição oficial e os procedimentos metodológicos do IBGE.

⁴ Sobre municípios na "República Velha", ver excelente estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz: O mandonismo na vida política; ver também Wanderley e Favareto (2013).

da casa grande' - ultrapassam as fronteiras do espaço rural, indo 'ruralizar' as cidades brasileiras. (...) Aqui, a cidade não se opõe ao campo, mas se coloca como uma extensão deste, numa relação de dependência inversa àquela reconhecida como constituidora da relação campo-cidade" (Carneiro, 2012, págs.: 30 e 31).

No final do século XIX e início do século XX, a relação entre esses espaços começaram a ser marcadas por sinais inversos. Ocorreram variações na maneira como os brasileiros pensaram sobre o mundo rural, que passou a ser visto como uma parte longínqua e isolada do país. Em seu livro "Os Sertões", Euclides da Cunha fez a grande síntese deste modo de perceber o rural apartado da sociedade envolvente; a caminho de Canudos descreveu: "*demos de frente com um grande sertão, com aqueles desconhecidos singulares que ali estão abandonados a quase três séculos*". Euclides inaugurou, assim, uma perspectiva que lançou raízes profundas: pensar o rural como algo longe, distante, abandonado, quase "fora" do Brasil.

Essa perspectiva criou vínculos profundos com outras marcas muito importantes na forma de se pensar o rural, e que se consolidaram nas décadas de 1920 e 1930, do século XX: atrasado, arcaico e triste. O rural passou a ser visto como um problema para o desenvolvimento nacional, uma vez que a estrutura agrário-exportadora, devoradora de recursos naturais com seus agregados e suas técnicas rústicas, dificultava o desenvolvimento industrial/urbano. O personagem "Jeca", no conto "Velha praga", de Monteiro Lobato, que associou o atraso do rural à sua população é emblemático deste sentimento e período: lavradores rústicos, que com sua enorme família parasitavam a terra, queimavam a natureza e não constituíam base sólida, para formar uma nação moderna, civilizada e cidadina. Essa visão de um rural como um lugar isolado, arcaico e pobre, com uma população preguiçosa, doente e atrasada, traz à tona a perspectiva de que o rural era um entrave ao desenvolvimento do país, que precisava ser superado, um obstáculo que precisava ser modernizado, transfigurado.

Mas foi principalmente a partir da década de 1950, com o dualismo cepalino analisando as sociedades pelas polaridades moderno-atrasado, que se consolidou essa percepção do rural como um obstáculo para o desenvolvimento econômico, baseado na industrialização e, concomitantemente, na urbanização. Cristalizou-se aí uma forte associação do urbano, com os símbolos da modernidade, do desenvolvimento e do rural não "modernizado" com o atraso, o conservadorismo e o residual.⁵

Essa forma da sociedade brasileira se relacionar com o rural - isolado, como sintoma de atraso -, embasaram muitas intervenções públicas, que tiveram impactos avassaladores, do ponto de vista produtivo, ambiental e social. A "revolução verde", processo que buscou "modernizar" a agricultura, foi extremamente excludente para os lavradores e camponeses, pois introduziu mudanças na base técnica da produção na agricultura, sem modificar sua estrutura agrária; pelo contrário, ampliando a concentração da terra. Milhões de brasileiros foram expropriados de seus terrenos, resultando nas grandes migrações nos anos 1960/1970, quando aproximadamente 1/3 da população brasileira se

⁵ Aqui cabe um reparo: o livro de Antônio Cândido, Os parceiros do rio Bonito, é um clássico da Sociologia Rural brasileira que, por meio de pesquisas de campo, observa esse processo a partir do rebatimento desse processo em lavradores parceiros, com vínculo precário de acesso à terra.

deslocou do campo para as cidades. De forma geral, esse processo significou: i) a junção da agricultura com a indústria, embasada no tripé: trator, veneno e adubo; ii) uma perspectiva de trabalho fordista na agricultura, baseada na monocultura; iii) a industrialização e homogeneização da pauta alimentar do país; e iv) um lastro de efeitos deletérios sobre a natureza, escassez hídrica, contaminação e envenenamento de terras e águas.⁶

A partir desse processo, José Graziano da Silva identificou um fenômeno por ele designado de "urbanização do campo", e relacionado com as mudanças na ocupação e nas relações de trabalho e no acesso a bens e serviços públicos de saúde, educação, transporte, água, luz elétrica etc. Graziano foi pioneiro em apontar o surgimento de um "Novo Rural" - que não devia ser lido com sinônimo direto de agrícola e que trazia uma dinâmica pluriativa de trabalho e ocupação -, e também em indicar algumas ferramentas, por meio das quais essas transformações poderiam ser conhecidas.

É na direção desse esforço, e lidando com o mesmo dilema, mas de uma perspectiva diversa, que José Eli da Veiga questionou fortemente, em diversos artigos e livros, a definição de urbano e rural em nosso País. O autor mostrou que a definição oficial de cidade, baseada em instrumentos legais, estava mais vinculada aos aspectos administrativo e tributário do que a um esforço no sentido de compreender as características próprias do que poderia ser definido com urbano e, que, neste caso, rural passou a ser definido a partir da centralidade do que é urbano. Para o autor, a expressão da população rural mensurada a partir de critérios mais apurados - pressão antrópica medida por índices demográficos, por exemplo - seria muito maior do que mostravam as estatísticas oficiais. Nesse sentido, para o autor, seria importante ponderar as projeções de uma tendência inexorável de uma completa urbanização da sociedade brasileira (Veiga, 2004). Essas questões levantadas por Veiga trouxeram à tona também a situação precária de enquadramento das pequenas cidades e municípios (ver também Wandereley, 2007; e Wanderley e Favaretto, 2013) que ficavam no meio termo entre os extremos urbanos e rurais.

No caso brasileiro, José Graziano da Silva, com o conceito de "Novo Rural" e José Eli da Veiga, com o conceito de "cidades imaginárias" ou "municípios e regiões rurais", foram autores importantes para problematizar e requalificar o conceito de rural, como fator essencial para se pensar em uma nova estratégia de desenvolvimento, ou seja, apontaram a necessidade de definir e conhecer suas especificidades, para melhor criar políticas e programas.

A grosso modo, a leitura do rural que precisava ser modernizado perdurou, de forma majoritária, até os anos 1990. A partir dessa década, houve uma inflexão desta concepção, que pode ser sintetizada e interpretada por alguns fatos simbólicos, onde a associação entre urbano/moderno rural/atraso foi, no mínimo, problematizada:⁷

⁶ Sobre os impactos da revolução verde e da modernização conservadora da agricultura, ver Graziano da Silva (1981).

⁷ Essa periodização, assim como os exemplos, foram comunicados pelo Prof. Eduardo Magalhães Ribeiro, da UFMG, em conferência sobre "Novo Rural e Pluriatividade", e gentilmente cedidos para uso restrito nesse texto.

a) Collor, o presidente neo-liberal, modernizador, consumidor dos ícones da sofisticação da modernidade, que no auge da crise política que se abateu sobre seu governo, sacrificou animais nos porões da sua residência oficial, para se libertar da crise; assim, essa associação de urbanidade com o moderno mostrou suas fragilidades no centro urbano do poder, indicando que a relação entre "moderno" e "tradicional" não era espacialmente referenciada;

b) A música "Tapas e beijos", de Leandro e Leonardo, se transformou em um "hit" nacional, retirou as canções sertanejas das madrugadas, nos programas de rádio, e colocou o estilo musical "sertanejo" no horário nobre das cadeias de televisão, na indústria cultural e no gosto nacional; junto com o estilo musical, veio acoplado todo um estilo simbólico de ser, de lazer e de estilo de vida, que pode ser interpretado como uma espécie de avanço dos "símbolos" do rural sobre o urbano. Houve, então, um duplo movimento que, por um lado, se "urbanizava" o rural e, por outro, se "ruralizava" o urbano;

c) As emergências de movimentos sociais rurais trouxeram um caráter inovador e se tornaram vanguardas nas reivindicações sociais brasileiras, tornando-se, inclusive, um empuxo para as organizações urbanas: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), questionando a estrutura agrária da sociedade brasileira e da sua distribuição de renda e riqueza; o movimento dos Povos da Floresta, fazendo uma releitura da própria relação com a natureza e da gestão de recursos naturais; e, ainda, as novidades organizativas trazidas pelas "populações tradicionais" (Diegues, 2001).

Parte desses eventos e símbolos pode ser interpretada a partir de um sentimento de "saúde" ou de identidade fragmentada, de uma população que não fazia nem uma geração que estava morando na cidade. Essa "saúde" criou uma releitura de valorização cultural do rural, como um lugar de raízes, de pertencimento, mas também tingido por amenidades ambientais – a valorização da natureza, do acesso à água e ao ar limpo, da paisagem e da alimentação sadia -, e sociais – a tranquilidade, o repouso e o sossego, frente a um mundo urbano marcado pela escassez do tempo, a concentração dos recursos da natureza, a agitação e a violência. Essa população recentemente urbanizada, ou retornada, nutre, assim, uma espécie de ideal de vida com o campo. Simbolicamente, o rural passou a ser visto com "outros filtros", o que demandou também outras ferramentas teóricas para interpretar essas "novas ruralidades", expressas em situações de pertencimento, moradia em condomínios rurais (chacreamentos), turismo, lazer, gastronomia, denominação de origem, migração de retorno, fortalecimento das raízes tradicionais etc.

A partir dos anos 1990, o rural empírico, que se apresentava aos pesquisadores, continha então algumas especificidades que não cabiam mais no arcabouço conceitual, que até então delimitava o que era campo e cidade, principalmente, a ideia de um rural "profundo", que tendia ao esvaziamento populacional e era residual⁸. Descobriu-se que havia diferenças entre o espaço produtivo (agrícola) e o território ou espaço geográfico (rural), que nem todo o rural era agrícola e nem todo o agrícola era

⁸ Para Saraceno, a definição de rural como categoria residual, de baixa concentração populacional e voltado à atividade agrícola, é errônea: "(...): 1^o) apresenta um vício conceitual, porque é definido por negação; 2^o) não tem precisão histórica, porque a coincidência entre espaço (rural) e setor de atividade (agricultura) foi mais exceção do que regra, só tendo existência em períodos de transição, quando um elevado êxodo rural deixa no campo apenas agricultores" (Kageyama, 2008).

rural. Mais ainda: percebeu-se que havia situações novas de ocupação de tempo parcial para famílias de agricultores e de integração entre as polaridades rurais e urbanas, por meio de estratégias de residência, de ocupação e de ampliação do acesso às infraestruturas básicas, à telecomunicação, ao transporte e aos bens de consumo. Essa "saudade", que re-significou o rural para uma grande parte da população urbana e para migrantes de retorno, se encontrou com outros sujeitos sociais: agricultores familiares, camponeses e populações tradicionais. Grupos sociais que se conectaram, de forma marginal, com a dinâmica econômica resultante da "modernização conservadora" da agricultura brasileira, e que combinaram ocupações agrícolas com ocupações não agrícolas, que boa parte das vezes se viram envolvidas em fortes processos migratórios, mas que se rearticularam e reinventaram perspectivas robustas de rural. Como afirmou Klass Woortmann, os camponeses migrantes sazonais encerram e articulam, em si, as contradições e complementariedades das experiências rurais e urbanas, sendo também portadores de novas experiências de combinação desses espaços. Esse aspecto foi também identificado por Ploeg (2009), através do conceito de "recampezação", construído, por esse autor, para entender fenômenos mundiais de aumento da população camponesa.

Uma reflexão a respeito de método se faz, portanto, necessária: uma coisa é a dinâmica da vida, a outra é como essa dinâmica é apreendida, quais elementos teóricos e metodológicos são usados para compreendê-la e quais são os seus limites. Quando observamos a produção teórica brasileira sobre o rural temos, majoritariamente, uma produção que percebe o rural como um fato "contínuo" e não enxerga, salvo exceções, é claro, os fatos "discretos". Assim, as análises sobre o rural no Brasil, quase sempre, foram nubladas por uma perspectiva contínua, "senhorial" que, primeiro, o via associado ao sistema da "Casa Grande", da "plantation", depois, o passa a analisar a partir da perspectiva da "revolução verde" e da "industrialização da agricultura", pensando nos grandes eventos. Mas há, entretanto, um movimento "discreto", associado à produção familiar dita tradicional que, discreta, vai construindo também uma perspectiva do rural, nem sempre pesquisado, nem sempre visto, mas, nem por isso, inexistente, e que emergiu em partes, complexificando a "grande narrativa" sobre ruralidades.

Uma reflexão sobre ruralidade deve, assim, necessariamente envolver uma reflexão sobre como as populações vinculadas a esses espaços, a essas histórias e a essas culturas constroem suas experiências de vida, trabalho e produção (Wanderley e Favareto, 2013; Bacelar, 2013).

1.3. RURALIDADES

As reflexões sobre o rural, a partir do início do século XXI, se tornaram ainda mais complexas, pois várias ruralidades foram colocadas em cena, por populações historicamente excluídas. Movimentos dos trabalhadores sem terra, movimento dos povos da floresta, movimentos indígenas, de agricultores familiares, de camponeses e de mulheres e jovens rurais emergiram com força, propondo recombinações de perspectivas de gestão da natureza, da produção e da vida.

Ruralidade, de acordo com Ricardo Abramovay (2000) é, antes de tudo, um "valor" relativo a um território, e, enquanto tal, deve ser levada em conta em toda a reflexão sobre a definição do rural e na sua relação com o urbano. Para Maria José Carneiro (2012), é o questionamento da dicotomia contrastiva entre as polaridades urbano-rural que possibilita analisar a construção de "identidades territoriais apoiadas no sentimento de pertencimento a uma localidade". Assim, "a noção de território

(e de ruralidade) não correspondem necessariamente a espaço delimitado fisicamente. Refere-se, muito mais, a (...) uma representação, que é alimentada e alimenta uma rede de relações sociais" (Carneiro, 2012: 41). Kageyama (2008: 26), ponderando sobre ruralidade, revelou ser este um conceito "multidimensional", entretanto,

"(...) parece ter, no mínimo, três dimensões: uma ocupacional (centrada nas atividades agrícolas e extrativistas), uma ecológica (o rural denota uma área geográfica delimitada, caracterizada por uma população numericamente pequena, dispersa e relativamente isolada dos grandes centros urbanos) e uma dimensão sociocultural, sobre a qual repousam as maiores dificuldades e divergências teóricas e empíricas".⁹

Warderley e Favareto (2013: 442-447) sintetizam aspectos importantes desse debate, ao afirmarem que compreender ruralidades no Brasil implicaria em compreender a reorganização de sentidos dados à três dimensões fundamentais para se definir o rural: "*a proximidade com a natureza, os laços interpessoais e as relações rural-urbano*". Nesse contexto, os autores indicam seis tendências que sinteticamente conformariam ruralidades contemporâneas:

- "*Primeira tendência: muda o perfil demográfico do rural brasileiro*"; os autores, apoiados em estudos de Veiga (2001), indicaram que 1/3 da população brasileira poderia ser considerada rural, e que as regiões e os municípios enquadradas como rurais estavam ganhando população, ao invés de perdê-la.

- "*Segunda tendência: a agricultura ganha importância no competitivo cenário internacional, mas perde importância na ocupação de trabalho e na formação das rendas*";

- "*Terceira tendência: o enraizamento socioambiental da chamada "nova ruralidade" e as metamorfoses da questão agrária*"; os autores indicam estilos diferentes de desenvolvimentos, em áreas onde predominam a agricultura patronal e a agricultura familiar; a questão agrária passa a ter pelo menos mais duas questões: i) "*questões regionais e ambientais de posse, uso da terra e recursos naturais*"; ii) "*novas representações ideológicas atribuídas ao agronegócio*";

- "*Quarta tendência: a convivência conflituosa de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira: "a agricultura patronal e a agricultura familiar"*". Nesse sentido, é importante compreender as estruturas de poder e os regimes agrários (base latifundiária ou camponesa?), uma vez que os regimes agrários são fundamentais para entender a distribuição da população, as estratégias produtivas e a distribuição de renda, assim como o acesso aos recursos da natureza e, principalmente, as dinâmicas de desenvolvimento.

- "*Quinta tendência: o território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam sendo setoriais, e o viés dos investimentos continua sendo compensatório*".

⁹ Exemplificando as dificuldades relacionadas à dimensão sociocultural da ruralidade, Kageyama apresentou as conclusões de um estudo de amplitude nacional, realizado nos Estados Unidos, em que pesquisadores concluíram que "a residência em áreas rurais não se mostrou uma boa proxy de uma possível 'cultura rural'. Para os autores, não há, portanto, equivalência entre ruralidade (do ponto de vista sociocultural) e local de residência" (pág. 27).

- "*Sexta tendência: o surgimento de uma economia da nova ruralidade*". Baseados em uma série de pesquisas, os autores revelam que "*não há coincidência entre polos dinâmicos das economias regionais e a melhoria dos indicadores nas áreas rurais*", apontando o surgimento de uma dinâmica que valoriza os "*atributos locais*" e os articulam à remessas de processos migratórios, aos programas de transferência de renda e aos mercados institucionais.

É importante frisar que refletir sobre ruralidade(s) no Brasil é refletir profundamente sobre a população que vive ou se vincula a essa(s) ruralidades(s). E no caso brasileiro, significa refletir principalmente sobre *agricultores familiares*¹⁰, em toda sua gama de diversidade social, étnica e produtiva.

Apesar das limitações que podem ser apontadas nas estatísticas oficiais, estas indicam uma forte presença da agricultura familiar no rural oficial de nosso país. Estudo de França, Del Grossi e outros (2009), analisando o Censo Agropecuário de 2006, indicou a maciça presença da agricultura familiar (84,4%) nos totais dos estabelecimentos definidos pelo IBGE como rural, embora esses estabelecimentos detivessem, sob seu domínio, uma área de terra muito restrita: cerca de 24% do território nacional. Quando os autores traçaram uma comparação entre os dados censitários de 1995 e 2006, essa presença não só se manteve em todas as regiões do Brasil, mas havia aumentado (com uma pequena exceção da região Sul, conforme apresentado nas tabelas a seguir). Essa presença significativa da agricultura familiar se enfeixa fortemente com a reflexão sobre ruralidade: constitui uma categoria social diversa, múltipla, mas que se impôs ao foco da reflexão sobre as dinâmicas agrárias e socioambientais e no campo.

Tabela 1 - Participação da Agricultura Familiar no total dos estabelecimentos e da área, segundo diferentes variáveis, Brasil, 2006

Região	Número de estabelecimentos AF/Total (%)		Área AF/Total (%)		Valor Bruto da Produção AF/Total (%)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Nordeste	88	93	44	47	43	52
Centro-Oeste	67	75	13	14	16	17
Norte	85	90	38	42	58	69
Sudeste	75	77	29	29	24	24
Sul	91	89	44	43	57	58

Fonte: França et al. (2009).

¹⁰ Agricultura familiar é um conceito também polissêmico, mas os diversos autores concordam que é um tipo de unidade onde há uma combinação entre trabalho da família, gestão e terra (Wolf, 1976; Woortmann, 1991; Ploeg, 2009). O termo, apesar de não ser um consenso, por tentar abarcar uma vasta diversidade de grupos sociais, é definido por lei conquistada por organizações sociais e captada em estatísticas oficiais do IBGE nos Censos Agropecuários.

Tabela 2 - Dimensões fundiárias da agricultura familiar, Brasil, 2006

Número de estabelecimentos (un)	Percentual de estabelecimentos (%)	Área (milhões de hectares)	Percentual de área (%)	Área média por estabelecimento (hectare)
4.367.902	84,4	80,25	24,3	18,7

Fonte: França et al. (2009)

Para o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), há outros dois pontos importantes que se somam, para destacar a relevância dos diversos sujeitos sociais enfeixados no termo "agricultores familiares". Primeiro, são esses agricultores os principais gestores de nascentes no Brasil, e é sobre eles também que recaem a parte mais pesada dos programas e políticas de conservação de mananciais (Ribeiro e Galizoni, 2003; Galizoni, 2013). Segundo o campesinato brasileiro, devido ao seu sistema de lavoura, sempre trouxe junto de si a mobilidade espacial no próprio rural e entre o rural e o urbano (Queiróz, 1973; Cândido, 1975; Woortmann, 1991).

O que se apura nestas reflexões sobre a conceituação de rural é que esse não é um conceito estático e que as diversas áreas de saber constroem interpretações densas, mas sempre parciais: a economia, a partir das distâncias a serem superadas, e de setores; a demografia, a partir da dinâmica populacional; a geografia, pela leitura do espaço/território; a antropologia, pelas representações sociais. O debate sobre um rural menos agrícola abriu uma perspectiva teórica da "multifuncionalidade" e, dentro dessa perspectiva, uma dimensão produtiva, que combina atividades agrícolas e não-agrícolas, uma dimensão residencial, mas vinculada à mobilidade, e uma dimensão vinculada à paisagem e à natureza. Todas essas dimensões às vezes se misturam, outras vezes entram em conflito e, em outras, ainda fazem arranjos inusitados¹¹.

Nessas novas situações, captadas em partes pela estatística oficial, observou-se então a reemergência de populações que sempre estiveram escamoteadas na sociedade brasileira; seus modos renovados de produzir e viver reinventaram o rural, como um lugar que não possui apenas a função de produzir, mas que tem uma relação de pertencimento, identidade e de acesso aos recursos da natureza.

1.4. "ESCALA" DE RURALIDADES

Uma alternativa para o Programa Nacional de Saneamento Rural seria abordar essas ruralidades a partir de uma "escala", que envolva condições objetivas, subjetivas e simbólicas. Esta pode ser observada a partir de afirmações de pertencimento, de mobilidades espaciais e ocupacionais.

Pode-se observar essa escala de ruralidade a partir de uma distribuição espacial da população. Por exemplo, visualizando-se o centro de Belo Horizonte não há dúvidas: é a imagem de uma cidade – alta densidade populacional, pouca natureza viva e concentração de serviços. Por outro lado, quando se observa uma comunidade de lavradores da região do Vale do Jequitinhonha, não resta dúvida de ser este um espaço rural: baixa densidade populacional, grande espaçamento de moradias e atividades

¹¹ Sobre multifuncionalidade do rural ver Cazella, Bonnal e Maluf, 2009.

produtivas vinculadas à natureza viva. Contrastam-se, assim, duas espacialidades clássicas de cidades e do rural. Entretanto, entre esses exemplos extremos há, na realidade, uma série imensa de entremeios e combinações: localidades mais adensadas, com conjuntos de casas próximas, ruas asfaltadas, pequenos centros urbanos rodeados de lavouras e atividades vinculadas à natureza. Quais dessas classificações - cidade ou rural - poderiam identificá-las? Seriam áreas urbanas ou rurais? Estas situações diversas se repetem num mesmo município, num mesmo estado, realmente formando escalas diversas do que se pode considerar cidade e o que se pode considerar ruralidade.

Escalas de ruralidade, em boa parte das vezes, possuem uma ligação muito forte com o local de domicílio, uma vez que este pode indicar relações de dinâmica econômica, de sociabilidade, de multifuncionalidade do espaço, de relações de pluriatividade, de mobilidades e de sazonalidades nas dinâmicas de vida. O domicílio também tem uma relação muito forte com o bem-estar, no sentido de qualidade de vida, de acesso ao descanso e aos recursos da natureza, como o ar e a água. Mas o domicílio também pode revelar uma dimensão extremamente importante, que é do lugar de pertencimento, da cultura e do lugar de inserção no mundo.

Dinâmicas da sociedade envolvem processos sociais de conflitos, de relações de poder, de disputas, e essas escalas de ruralidade não estão à margem de regimes agrários, de processos de distribuição e concentração de terra e de disputas por acesso aos recursos da natureza. Essas dinâmicas se articulam e variam com a diversidade dos sujeitos sociais, ou seja, sujeitos sociais diversos constroem relações também muito variadas com a natureza, com o espaço e com a produção do modo de vida. São, por exemplo, os chamados "Povos da Terra, da Floresta, da Água": reemergência de grupos sociais camponeses, categorias de agricultores familiares, populações tradicionais, populações originárias, assentados e pescadores; sujeitos sociais que também constroem, renovam e ampliam as ruralidades.

Existem alguns motivos para se entender por que essas ruralidades passam por variações e constantes mutações. São motivos ocupacionais, relacionados a atividades vinculadas à natureza viva e que são fundamentais na construção de modos de vida, mas também relacionadas a direitos sociais adquiridos, como no caso das aposentadorias rurais e do Bolsa Família, que criaram dinamismo econômico, produtivo e social para as populações rurais, em especial idosos e mulheres. Transformações também estão ligadas às variações dos longos ciclos econômicos nacionais. Há também motivos relacionados às mobilidades diárias, semanais e temporárias, e também relacionados às atividades do chamado "Novo Rural".

Têm-se, então, escalas de ruralidade, que atuam como norte para se entender a complexidade na definição de rural. Nesse sentido, uma possível forma de captar as complexidades de ruralidades deve combinar as particularidades do município, mas também as variações de densidade demográfica e, nesse contexto, os setores censitários podem ser uma alternativa metodológica para tentar compreender tais complexidades.

1.5. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO: ADENSAMENTO (POVOADOS) E DISPERSÃO

Tem sido observado um movimento acentuado de aglutinação de população rural em povoados, vilas ou aglomerações. Alguns autores enfatizam a relação entre esses movimentos populacionais e os recursos naturais, principalmente a escassez de água. Em particular, os estudos de José Eli da Veiga (2001) e de Fausto Brito e Cláudia Horta (2002) mostraram uma tendência, recente nos municípios

brasileiros, de movimentação da população rural, que se desloca dentro do rural do município onde vive. Estudo realizado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) associou essa tendência de aglomeração aos recursos hídricos; ocorreria, assim, uma “povoação”, em grande parte ligada ao esgotamento dos cursos de água.

Do ponto de vista da organização territorial de agricultores familiares, esta tendência é uma novidade, visto que reorganiza a forma costumeira de distribuição das famílias rurais no espaço e no ambiente. Antônio Cândido descreve os bairros rurais – outra denominação pela qual as comunidades rurais são designadas –, como unidades ao mesmo tempo sociais, territoriais e culturais, e que carregam consigo um forte sentimento de localidade, onde se situam os sujeitos no espaço, na história e na memória social.

Na literatura, a aglomeração de camponeses em povoados tem sido tratada, em parte, como fenômeno imposto, às famílias, por forças externas ao grupo: os *enclosures* ingleses, as reduções religiosas, a coletivização forçada, entre outros. Como consequência, isso acarreta uma série de impactos negativos para as famílias rurais, alterando suas relações com o espaço, com os recursos naturais e, principalmente, promovendo modificações na teia de relações sociais que as sustentam.

Esses aspectos apontados pelos autores são fundamentais para compreender a dinâmica dessa reespecialização, visto que, em boa parte dos grupos camponeses, a qualidade de vida e a abundância de alimentos dependem da sua relação com a natureza. Por isso, as mudanças na espacialidade dessas sociedades certamente implicam num conjunto de mudanças mais profundas que aquelas que transparecem nos dados censitários ou nas estatísticas de serviços. Nesse item, cabe uma reflexão acerca das situações específicas de condomínios rurais e chacreamentos - e suas dinâmicas de mobilidade. Situações onde o rural é um lugar de residência, mas de trabalho não agrícola, ou mesmo de não trabalho, como algumas "localidades dormitórios" na serra fluminense, que carregam essa denominação a partir de uma população de "neorurais ou, ainda, localidades que são ocupadas pelo turismo, vinculado às amenidades ambientais”.

1.6. SANEAMENTO RURAL, ÁGUA E TECNOLOGIAS SOCIAIS¹²

A água sempre foi um recurso valioso para as populações rurais. Zelado, mesmo quando copioso, porque nem sempre quantidade significava qualidade. O caminho das águas foi também o caminho do povoamento interior. Sérgio Buarque de Holanda denominava as nascentes como “*samaritanas do sertão*”, pois águas boas para beber eram disputadas, sendo também valorizadas as técnicas para encontrá-las - que exigiam um saber preciso, para assegurar o abastecimento regular. Tratadas como patrimônio comum, as aguadas e as fontes quase sempre foram cuidadas com desvelo pela população rural, que criava normas consuetudinárias para partilhá-las. Ao longo da história do território brasileiro, dos costumes de famílias e das comunidades de lavradores, a água foi percebida como um recurso que ultrapassava os limites da propriedade privada, e, por isso, eram negociados códigos locais para apropriação comum, regulados e aplicados, pelos usuários, sem qualquer mediação.

¹² Uma primeira reflexão sobre essa relação se encontra em Galizoni (2005 e 2013)

A urbanização, a mercantilização e a privatização dos domínios fundiários contribuíram para generalizar, no Brasil, a concepção de que os recursos naturais eram privados e inesgotáveis. No tocante à água, foi instituída uma “cultura da abundância”, principalmente após a implantação das redes públicas de abastecimento urbano e dos sistemas mecânicos de irrigação na agricultura. No entanto, esta cultura durou pouco, uma vez que, desde o final do século XX, a água se transformou em recurso crítico, regulado para consumo urbano e disputado para os muitos usos rurais, como irrigação, consumo humano e hidrelétrico. A priorização do uso da água, restringindo os usos múltiplos e costumeiros pelas populações rurais, desembocou em conflitos dramáticos, e daí surgiu a prescrição legal, que separou o pequeno consumidor da gestão das fontes de água. Entretanto, para boa parte da população rural brasileira, a partilha da água é mais que um aspecto de regulação: é componente fundamental de sua cultura. Estudos realizados por Galizoni (2005 e 2013), em três biomas diferentes - Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga - revelaram que há um fundamento ético idêntico entre as comunidades rurais, os agricultores familiares e as populações tradicionais: todos concebem a água como dotação comum da humanidade. E isto está presente, tanto em situações de escassez e abundância da água, como em regimes diferentes de apropriação da terra. Para as populações rurais, o acesso à água de beber é um patrimônio comum, no sentido mais estrito do termo: algo a ser usado, mas também a ser legado para outras gerações. A relação dessas populações com a água é norteadas por pressupostos morais (Brandão, 1981: 78). Está na essência da água ser partilhada; e não a compartilhar seria destruí-la para si e para os outros. A contraface da não partilha seriam as sanções: divinas, comunitárias, morais, ambientais e econômicas.

As gestões comunitárias de água no rural são ancoradas, portanto, em saberes solidamente construído, baseado na experiência de gerações em combinar conhecimentos tradicionais com experimentação. São saberes respeitados por demais membros das comunidades, hierarquizantes, que especificam quais são as águas desejadas pelas populações rurais: correntes, vivas, finas, leves, frias, livres, sadias (Galizoni, 2005). Estas classificações de qualidade definem, inclusive, o que é escassez e abundância, e dão as bases para as normas criadas por essas populações.

O direito à água dentro dessa ordem moral tem, portanto, componentes específicos. São direitos históricos e sócioterritoriais: os habitantes de um território, onde a fonte da água surge, têm direito – não exclusivo – a ela. A regulação e o uso da água são organizados a partir de pressupostos culturais, que englobam a gestão da água. O direito à água implica também em relações de poder, que podem levar a situações de desigualdade; e, por isso, normas costumeiras procuram assegurar uma partilha mínima.

No Brasil, a gestão comunitária das águas quase sempre foi pensada como predatória, desregrada e irracional. Isto se acentua quando se nota que o conhecimento sobre os sistemas locais de gestão é fragmentado, uma vez que apenas emerge quando surgem situações de conflito com grandes consumidores. Estes, por sua vez, se interessam pela gestão dos grandes corpos d’água; que, por sua vez, são abastecidos pelas nascentes que estão sob gestão comunitária. Assim, os processos de gestão, aparentemente desconexos, estão na base dos embates pelo controle dos mananciais. Às famílias e comunidades de agricultores têm sido impostos os custos e penalidades da conservação das águas – e as restrições ao uso dos solos, florestas e recursos, que são provenientes do meio ambiente – sem que se aprenda com eles, ou seja, sem o cuidado com a qualidade da água, os princípios que, ao longo da história, constituíram os sistemas de partilha quase sempre justas das águas e da natureza.

A água é, portanto, um bem que exige especificidade na gestão, pois é um recurso em constante fluxo. Há muito a avançar sobre uma gestão adequada para os grupos e sujeitos sociais que estão em contato direto com uma determinada rede de fluxo de água e que construíram e estabeleceram uma série de costumes, e, além disso, tecnologias sociais ajustadas a determinados grupos sociais, a ambientes e suas disponibilidade hídricas.

Um Programa Nacional de Saneamento Rural enfrentará, então, duas ordens de complexidade: por um lado, a definição de rural/ruralidade com toda sua diversidade, e, por outro, a gestão de recurso da natureza em fluxo. Nesse sentido, precisará:

- contemplar a participação e a gestão social; deve-se, necessariamente, ao formular programas de saneamento rural, partir de um eixo fundamental, que é a partilha justa de acesso à água, a partir do pressuposto de que o acesso à água constitui um direito humano básico; desse modo, os programas de saneamento rural devem-se fundamentar em processos participativos, que incorporem a gestão social no trato com as ruralidades, uma vez que as tecnologias utilizadas no meio urbano não devem ser transferidas automaticamente para o rural;
- incorporar as singularidades de gênero, etnia, geração e renda - incluindo o papel das mulheres, a diversidade étnica e o corte geracional, entre crianças, adultos e idosos;
- contemplar os fatores ambientais, como biomas, escassez ou abundância de água; os programas de saneamento rural precisarão incorporar, assim, as especificidades de uso da água em microbacias e bacias hidrográficas e suas relações com as escalas de ruralidade.

Diante da enorme diversidade de ruralidades, biomas, regimes agrários e disponibilidade hídrica, dentre outros, torna-se necessário conhecer, elencar e aprimorar as tecnologias sociais que possibilitem programas de saneamento ajustados às diversidades e singularidades das ruralidades, mas, ao mesmo tempo integrados, contemplando abastecimento de água, coleta e tratamento dos esgotos sanitários e dos resíduos sólidos e, ainda, manejo de águas pluviais. As tecnologias sociais devem ser ajustadas, portanto, às diferentes ruralidades, ambientes, climas e biomas do País.

Há exemplos consolidados e virtuosos de gestão e tecnologias sociais, como o “Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)” (Assis, 2013).

É importante salientar que o saneamento rural, além de integrado, deve ser também ecológico, no sentido de pensar que essas populações que vivem em escalas de ruralidade possuem processos de gestão das fontes de água, de cuidar dos resíduos gerados como, por exemplo, experiências extremamente interessantes de uso de fossas biodigestoras, por populações tradicionais rurais, que combinam com a reutilização cuidadosa de resíduos sólidos para compostagem. Nesse sentido, o saneamento rural poderá apoiar transições agroecológicas na agricultura.

1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desta reflexão foi atender ao objetivo de procurar realizar uma "análise aprofundada do conceito de ruralidade, à luz das especificidades da área de saneamento básico". Esse objetivo traz duas dificuldades instigantes: a primeira se refere ao lidar com uma situação onde o "estreitamento

de distância", por um lado físico, e por outro conceitual, entre as polaridades rural e urbana - categorias autorreferenciadas e importantes para a classificação de espaços, relações sociais e modos de vida -, estão em profunda transformação.

A segunda dificuldade diz respeito à necessidade de se pensar a relação das populações rurais com o saneamento. É importante pensar nas singularidades das relações culturais e éticas entre populações e água no espaço rural. Para se pensar políticas públicas verdadeiramente efetivas de saneamento para as localidades rurais é necessário atentar para alguns aspectos: a) primeiro, que o problema água não afeta a todos os segmentos sociais da mesma forma, ao contrário, incide de formas diversas e desiguais sobre as diferentes parcelas da população, sendo que as camadas mais pobres estão mais expostas. b) segundo, é necessário transpor um grande obstáculo, de transformar soluções locais ajustadas ambientalmente em princípios de políticas públicas, e, para tanto, é preciso pensar em políticas públicas flexíveis para atender as nuances e especificidades do saneamento rural, com especial atenção à gestão das águas - acesso, partilha, abastecimento e uso, entre outros.